

# O campo intelectual no Brasil nas décadas de 1960 e 1970: a “estrutura cultural conservadora”, as universidades e as esquerdas

The Intellectual Field in the 1960s and 1970s in Brazil: The “Conservative Cultural Structure”, the Universities and the Left

Diogo Cunha\*  
d1cunha@gmail.com

**Resumo:** O objetivo desse artigo é identificar os atores, individuais e institucionais, do campo intelectual no Brasil, e analisar o seu processo de autonomização nas décadas de 1960 e 1970. Para isso, dividimos o texto em três partes. Analisaremos, inicialmente, o *intelectual tradicional* e as instituições culturais a eles ligadas. Em seguida, examinaremos os *artistas de esquerda* e a ascensão de uma cultura de esquerda engajada cujo apogeu se situa durante a ditadura militar. Finalmente, veremos as transformações no âmbito das universidades federais e o surgimento de um novo tipo de intelectual, o *professor pesquisador*. As análises mostraram, em primeiro lugar, a necessidade de ir além de uma concepção bourdieusiana para melhor compreender a ação dos distintos atores do campo intelectual, privilegiando abordagens que deem conta da formação de redes intelectuais. Mostraram também que cada setor da intelectualidade estudado neste artigo manteve uma relação distinta com o poder. Grande parte dos *artistas de esquerda*, assim como os *professores pesquisadores* mantiveram uma autonomia com relação ao poder, embora para estes últimos a relação tenha sido mais complexa uma vez que sua emergência está estritamente ligada à política universitária da ditadura militar. Finalmente, os *intelectuais tradicionais*, embora em franca perda de prestígio e de legitimidade, ainda detinham um poder importante, menos por causa de critérios propriamente intelectuais do que pela seu acesso aos meios de comunicação e aos postos estratégicos do Estado.

**Palavras-chaves:** campo intelectual, ditadura militar, intelectuais, esquerdas

**Abstract:** *The aim of this article is to identify the actors, individuals and institutions within the intellectual field in Brazil, and to analyze its process of becoming autonomous during the 1960s and 1970s. To do so, this work is divided into three parts. First, the traditional intellectual and the cultural institutions will be analyzed. Then, the left-wing artists and the ascension of an engaged left-wing culture—which found its apogee during the military dictatorship—will be examined. Finally, this work looks at the transformations undergone in the context of the federal universities and the emergence of a new kind of intellectual, the lecturer-researcher. The analyses demonstrate the need to go beyond a Bourdieusian conception in order to better understand the actions of different actors in the intellectual field. They also suggest that each intellectual sector examined in this article has maintained a specific relationship with the powers that be. A great part of the left-wing artists as well as the lecturer-researchers kept an autonomy in relation to the authorities, although for the latter the relationship was more complex, given that their emergence is directly related to the university policies of the military dictatorship. Lastly, despite the real loss of prestige and legitimacy, the traditional intellectuals still kept an important power, less because of the intellectual criteria themselves than the access to the media and to strategic State positions.*

**Keywords:** *intellectual field, military dictatorship, intellectuals, the Left*

\*Doutor em História pela Universidade Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) e pós-doutorando PNPd-CAPES em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É membro do Grupo de Estudos sobre o Poder Judiciário, Política e Sociedade (PRAETOR-UFPE).

## Introdução

O objetivo desse artigo é identificar os atores, individuais e institucionais, do campo intelectual no Brasil durante as décadas de 1960 e 1970. No Brasil, somente a partir de meados dos anos 1950 se consolidou um campo intelectual autônomo em relação ao poder. Isso teve como corolário a entrada em cena de novos atores e a criação e ascensão de algumas instituições ligadas à cultura e à produção do conhecimento em detrimento de outras. Propomos apresentar, nesse texto, uma visão panorâmica do campo intelectual que dê conta da dinâmica desse processo de autonomização, privilegiando os movimentos de ascensão e perda de prestígio e importância dos atores e instituições culturais e científicas, assim como refletir sobre o seu papel durante a ditadura militar. Uma descrição detalhada do campo intelectual, do seu funcionamento, dos subcampos que o integram, das relações entre os agentes entre si e com o poder, bem como a formação de redes, são questões que serão desenvolvidas em um segundo momento.

Algumas observações teóricas se impõem antes de iniciarmos nossa análise. A noção de campo é frequentemente associada a Pierre Bourdieu (Cf. BOURDIEU, 1994, 2002). Contudo, essa noção se insere em uma problemática corrente da sociologia: a da divisão social do trabalho. Como Durkheim mostrou, a partir de um certo volume e de uma certa densidade, o corpo social se engaja mecanicamente numa especialização profissional cujo resultado é uma autonomização das atividades sociais (DURKHEIM, 1930). A especificidade da abordagem bourdieusiana está na identificação do campo como um campo de força, objeto de uma luta de apropriação e de legitimidade por parte daqueles que dele fazem parte. Além disso, ainda segundo o sociólogo francês, existem leis gerais válidas para todos eles que não dependem do seu conteúdo específico. Nessa

perspectiva, eles devem ser analisados, por um lado, em sua relação com o poder e, por outro, a partir das estratégias dos agentes no interior de cada campo para ocupar o polo dominante.

Consideramos que tratar os intelectuais em termos de *campo de força*, insistindo estritamente nas estratégias dos atores para conquistar uma posição dominante, deixa pouco espaço para outros aspectos: a contingência, o imprevisto, o fortuito. Como lembra Sirinelli, os meios intelectuais são muito complexos para serem reduzidos a um mecanismo cujo único recurso seria a “estratégia” (SIRINELLI, 2003, p. 248). É um método que ignora o fato dos intelectuais se ordenarem também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um prazer em *conviver*. Assim, a noção *campo magnético* de Philippe Burrin (2003) nos parece mais propícia e passível de ser aplicada para analisar o campo intelectual no Brasil no período que nos interessa. Para o historiador suíço, pensar o campo intelectual como um campo magnético permite refletir sobre a sociabilidade não apenas em termos de estratégia de otimização dos interesses e de conquista do poder, mas também em termos de redes e de afinidades. Permite ainda dar conta dos mecanismos de causalidade, fazendo valer a complexidade e a contingência (DOSSE, 2003, p. 57).

Dividimos o artigo em três partes que correspondem aos três principais “subcampos” intelectuais por hora identificados. Na primeira, examinaremos o que chamamos de “estrutura cultural conservadora” (CUNHA, 2014), formada majoritariamente pelos “letrados tradicionais”: a ABL, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Conselho Federal de Cultura (CFC). Na segunda, analisaremos o surgimento de uma cultura de esquerda engajada a partir do final da Segunda Guerra Mundial e que ganhou uma grande vi-

sibilidade nas décadas de 1960 e 1970. Finalmente, serão abordadas as transformações no âmbito das universidades federais e o surgimento de um novo tipo de intelectual, o professor pesquisador.

### Os intelectuais tradicionais e a “estrutura cultural conservadora”: ABL, IHGB e CFC

Como na Europa, as academias exerceram desde o século XVIII, no território luso-brasileiro, um papel essencial enquanto lugar de sociabilidade e de prática literária. Do lado americano, elas aparecem na primeira década desse século. Constituídas por bacharéis, eclesiásticos e senhores de terra que se consagravam às letras em seus momentos de lazer, elas tiveram uma existência efêmera. O que distingue essas primeiras tentativas da ABL? A resposta nos parece evidente: diferentemente das precedentes, a instituição criada por Machado de Assis conseguiu durar, acolheu os grandes nomes da literatura nacional e foi reconhecida como uma autoridade para tudo que fazia referência à língua portuguesa; além disso, ela conseguiu se impor como o lugar de consagração intelectual por excelência. Contudo, a aposta dos escritores na criação – e manutenção – de uma academia de letras não estava ganha e as dificuldades iniciais foram enormes.

Após duas tentativas fracassadas de criação de uma academia de letras subvencionada pelo Estado, uma logo após a Proclamação da República em 1890 e outra em 1896 (SOUZA, 1998, p. 37), os escritores que iam diariamente ao “chá das cinco” na redação da *Revista Brasileira* passaram a se reunir para uma terceira tentativa. Machado de Assis, considerado como o maior nome da literatura brasileira nessa virada de século foi eleito “presidente da sessão” por unanimidade e escolheu Rodrigo Otávio e Pedro Rabelo como secretários. Após essa reunião, seis outras ocorreram, todas consagradas à discussão dos estatutos e do regulamento administrativo da futura academia e à eleição dos mem-

bro que faltavam para completar o número de quarenta. No dia da fundação, o presidente Machado de Assis pronunciou um curto discurso que se tornou célebre. Ele deixava claro os objetivos e valores que deveriam ser os da ABL e estabelecia as bases sobre as quais ela iria se desenvolver. Em primeiro lugar, a ABL deveria ser um lugar de consagração após uma vida dedicada à literatura e devia “conservar, no seio da federação política, a unidade literária” (MACHADO DE ASSIS, 1897). A referência à “federação política” traz, muito provavelmente, uma crítica ao novo regime republicano que adotara o federalismo e se encontrava dilacerado por conflitos pelo poder, tanto nacionalmente como no âmbito dos estados. Nesse contexto de violência e divisão, a literatura deveria ter um papel de grande importância, o de “fiador da unidade”, e deveria planar acima de toda divisão e mudança política ou literária.

Esse projeto de academia torna-se ainda mais claro em outro discurso pronunciado seis meses mais tarde pelo mesmo Machado de Assis por ocasião do fechamento do primeiro ano acadêmico. Era um discurso que reforçava as expectativas dos fundadores da ABL: que ela fosse uma torre de marfim, livre de conflito e imune à política. É importante assinalar que Machado de Assis não pede aos acadêmicos para não se engajarem politicamente mas de fazê-lo do lado de fora dos muros da Academia: “homens daqui podem escrever páginas de história, mas a história faz-se lá fora” (MACHADO DE ASSIS, 1897).

O contexto de fundação da ABL, assim como os debates que a precederam, são hoje conhecidos. Contudo, a medida que avançamos no século XX as informações sobre a instituição tornam-se escassas e se concentram em acontecimentos pontuais ou *fait-divers* do mundo acadêmico: a elaboração de um dicionário, uma eleição polêmica, uma desavença entre dois acadêmicos que vem a público, etc. O que é importante destacar é

que essa instituição saiu da precariedade financeira para se tornar um lugar de consagração intelectual encarregada pelo Estado de legislar em assuntos referentes à língua portuguesa, frequentada pela elite, cujas cerimônias iriam se tornar eventos apreciados pela alta sociedade.

A partir de meados dos anos 1910 a ABL já contava com um prestígio não negligenciável e uma importante visibilidade social. Após a morte de Machado de Assis, o prestigiadíssimo Rui Barbosa foi eleito para a presidência da instituição e ficou nessa função até 1919. Doravante, as sessões tinham lugar todos as quintas-feiras e a maior parte dos acadêmicos que viviam no Rio de Janeiro marcavam presença. Graças aos laços com a elite carioca, todos os eventos envolvendo a Academia ou os acadêmicos ganhavam um espaço destacado nos jornais da capital. Para completar, a instituição recebeu uma herança e uma doação que acabaram com seus problemas financeiros. Em 1917, ela recebeu do livreiro Francisco Alves uma herança considerável e em 1923 o governo francês doou o *Petit Trianon* que se tornou a sede oficial da instituição. A terceira grande doação, que iria transformá-la “numa das academias de letras mais ricas do mundo”, como afirmou o poeta e “imortal” Ledo Ivo em depoimento dado ao autor (IVO, 2011), foi feita pelo general Médici no auge dos “anos de chumbo” (cf. CUNHA, 2014a; 2014b; 2016).

Nas vésperas da Revolução de 1930 a ABL era a instituição de letras por excelência do país e porta-voz oficial da literatura brasileira. Os acadêmicos eram chamados para presidir concursos literários, acompanhar cursos de língua portuguesa ensinados nas faculdades europeias e acolher escritores estrangeiros. A falta de trabalhos sobre essa instituição a partir dos anos 1930 é uma lacuna na história intelectual brasileira. Trata-se de um vasto e interessante campo de estudos, inexplorado, sobre as relações entre certos setores das elites culturais

e os regimes políticos.

Convém indagar o papel que ela exercia no campo intelectual e no campo do poder nas décadas de 1960 e 1970. Dito de outra forma, é necessário questionar em que medida uma instituição cultural oficialmente apolítica pode ter contribuído para legitimar – ou combater – o regime instaurado em 1964. Para responder a essa pergunta devemos fazer três observações. Em primeiro lugar, é importante lembrar que, se atualmente a ABL é uma instituição reputada como anacrônica e amplamente ridicularizada, esse não era o caso até meados do século XX. Pelo contrário, como foi dito, ela era o principal *locus* de sociabilidade e consagração intelectual do país. Em segundo lugar, ao se atribuir como missão a defesa da língua e de uma tradição linguística própria do Brasil, a ABL assumiu um papel de agente da construção nacional. Esse papel é ainda mais concreto quando vemos que o Estado atribuiu à ABL, a partir de 1930, a missão de definir os cânones da língua oficial através de dicionários, vocabulários, normas ortográficas. A ABL é portanto uma instituição que recebeu um mandato oficial e que carrega, conseqüentemente, toda a legitimidade para realizá-lo (COSTA E SILVA, 1999, p. 175).

Finalmente, terceira observação, a ABL possui um ethos que orienta comportamentos e atitudes consideradas adequadas (COSTA E SILVA, 1999, p. 16). Entre as características desse ethos, Costa e Silva destaca a conservação – preservação da memória e dos valores da cultura nacional –, a “capacidade de se modernizar”, a pluralidade, a tolerância, valorização da erudição e das “boas maneiras”, o ritualismo, a formalidade, a cordialidade, o individualismo, o elitismo e a auto-veneração. Há ainda uma última característica, que consideramos um dos elementos mais importante e mais complexo da instituição: o apolitismo. Vimos que desde a sua fundação, quando Machado de Assis dizia que ela

devia ser uma “torre de marfim”, a ABL defende o afastamento da política. Esse apolitismo tornou-se uma obrigação, fazendo da política um tabu que os acadêmicos tentam respeitar. É assim nos modelos tradicionais das academias de letras, não sendo, portanto, uma especificidade da ABL. Como disse Daniel Roche, procurar a política em uma academia pode parecer paradoxal pois, como todo mundo sabe, ela não deve ultrapassar suas portas. Mas a ação da instituição e a questão da “inocência política” podem ser colocadas em outros termos. É preciso examinar, segundo ele, como a política é reintroduzida no cenáculo da instituição, menos pela reflexão do que pelos hábitos e pelas maneiras (ROCHE, 1988, p. 159).

Se não houve discursos, do alto da tribuna acadêmica, a favor ou contra o regime militar brasileiro – e ninguém que conhece a instituição pode achar que isso ocorreria – houve visitas, doações feitas pelo regime e a valorização de uma certa memória e de uma certa concepção altamente política da cultura brasileira. Não poderíamos estar mais de acordo com Roche quando ele afirma que a exclusão do político significa definir se não uma política real, ao menos uma ideologia da coisa pública. No caso da época moderna, por ele estudada, essa ideologia determinava de alguma forma os princípios da ação do Estado e o conformismo indispensável a uma sociedade hierarquizada (ROCHE, 1988, p. 161). Se antes da Revolução Francesa era pelo canal das instituições prestigiosas de Paris e das modestas academias de província que se espalhava por todo o corpo social um ideal de serviço cívico, nós podemos dizer – guardadas as proporções – que a ABL, enquanto agente da construção da nacionalidade e de transmissão de uma certa concepção da cultura brasileira, contribuiu a difundir uma concepção de vida fundada na aceitação

da ordem estabelecida como única solução viável para o país, na integração social e no apagamento dos conflitos. A ABL se aproximou do regime, pois a maioria dos acadêmicos via nos militares e em seu regime os únicos a poderem proteger essa concepção da cultura e esse modelo de integração social. Dito de outra forma, podemos afirmar que a instituição criada por Machado de Assis estava, nas décadas de 1960 e 1970, ideologicamente próxima do Estado ditatorial. Para retomar as palavras de Roche, ela foi o “coroamento cultural” de uma ordem política.

A fundação do IHGB remonta à primeira metade do século XIX. Em uma obra publicada recentemente, Armelle Enders (2012) estudou as relações entre a escrita da história no século XIX – feita através do IHGB – e a política, particularmente o papel da história como disciplina na construção da Nação. Esse trabalho mostra o papel que algumas instituições ligadas à cultura e à produção do conhecimento, como o IHGB e a ABL, puderam exercer no processo político, particularmente em sua dimensão simbólica. O IHGB elaborou ao longo de um século um “repertório de ideias”<sup>1</sup> de onde as ditaduras do século XX tiraram interpretações da história do país, determinadas concepções de cultura brasileira bem como os heróis a serem venerados. Nesse aspecto, essas duas instituições deram uma contribuição que está longe de ser negligenciável para a simbologia do poder ditatorial.

A criação desse instituto não está dissociado da criação e reforma de outras instituições culturais ou científicas criadas a partir da chegada da família real em 1808: museus, jardins botânicos, bibliotecas, faculdades de direito e de medicina. Com o IHGB, tratava-se de criar uma identidade, uma memória, uma história para a jovem Nação brasileira pois, tanto no exterior como no

<sup>1</sup> Para a noção de “repertório de ideias” cf. TILLY (1984).

interior do país, a presença de uma monarquia num território americano suscitava desconfianças. Inspirado no Instituto Histórico de Paris, criado em 1834, o Instituto brasileiro foi fundado em 1838 e reuniu as elites econômicas e intelectuais cariocas. A partir de 1840, ele acolheu uma nova geração de escritores românticos brasileiros e durante a década seguinte se consolidou, tornando-se um centro muito ativo, apoiando a pesquisa histórica e literária, estimulando a vida intelectual e funcionando como um elo entre os escritores e os meios políticos e administrativos (SCHWARCZ, 1998, p. 158).

O IHGB tinha por objetivo fundar a história do Brasil, tomando como modelo uma história dos grandes “vultos” e personagens exaltados enquanto heróis nacionais<sup>2</sup>. Quanto ao recrutamento do IHGB, ele eram feitos amplamente entre as elites políticas e era determinado sobretudo por critérios sociais em detrimento das competências intelectuais. Esse tipo de recrutamento atestava, além do mais, continuidades entre o Brasil colônia e o Império. Como mostrou Enders (2012, p. 69), dos vinte e sete membros no momento de sua fundação, oito haviam nascido em Portugal embora tivessem exercido um papel importante no processo de Independência do Brasil. A maioria dos fundadores – dezoito dos vinte e sete – haviam efetuado seus estudos na Europa, principalmente em Direito e em Matemática na Universidade de Coimbra, mas também nas academias militares portuguesas e nas faculdades de medicina de Paris e Montpellier. Finalmente, mais da metade dos vinte e sete fundadores fizeram uma carreira política. O segundo governo do reinado de D. Pedro II, formado após a Maioridade, em 1840, era composta apenas por membros do IHGB.

O que se esperava desse instituto? Em primeiro lugar, que ele exercesse um papel pedagógico que, segundo Enders, não iria se concretizar. Em contrapartida, a dimensão utilitária atribuída à história enquanto conselheira dos príncipes e dos povos iria permanecer. Esperava-se dos historiadores que eles dessem as linhas diretivas que unisse o passado e o futuro dos povos, mas também resultados práticos, imediatamente aplicáveis à política indígena, aos interesses econômicos e aos litígios de fronteira. O montante das alocações destinadas ao IHGB, assim que o engajamento pessoal do Imperador, mostram que a criação de uma história e de uma memória oficiais tinham uma importância estratégica.

A instituição manteve esse papel ao longo do século XX. Não é nosso objetivo aqui abordar as relações entre o IHGB e a ditadura militar – um tema de pesquisa por si só – mas gostaríamos de mostrar através de alguns exemplos que a instituição permaneceu durante todo o período próximo do regime instaurado em 1964. Sabe-se que foi o general Emilio Médici que doou à instituição, no início dos anos 1970, um grande edifício. Conhecemos também o engajamento dos membros do Instituto, sendo vários deles também “imortais” da ABL, nas grandes comemorações do Sesquicentenário da Independência brasileira, em 1972. Além disso, várias cartas foram trocadas entre os responsáveis do regime e os membros do IHGB e visitas oficiais foram feitas. Consultamos a integralidade das edições da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* entre 1964 e 1979. Elogios e homenagens feitas aos “camaradas”, “confrades”, “caros amigos” ou “grandes figuras” da história brasileira; conferências e artigos, praticamente todos sobre o período colonial e o século

<sup>2</sup> Para mais informações sobre o papel do IHGB na elaboração de uma história nacional cf. GUIMARÃES (1988).

XIX e resenhas de livros formam, nesse período, a quase totalidade do conteúdo da revista. Mas encontramos também memorandos da Presidência da República e discursos pronunciados pelo orador oficial do Instituto e pelo Presidente da República no momento das cerimônias nas quais este último recebia o título de “Presidente Honorário” da instituição. Trata-se de uma tradição que precede o regime militar. Entretanto, as palavras de Pedro Calmon iam muito além de um discurso “formal” e impressiona a forma em que ele destaca a “legitimidade” dos chefes de Estado do pós-1964. O primeiro presidente após o golpe a receber esse título honorífico foi Castelo Branco e Calmon o saudou da seguinte maneira:

*Senhor Presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Decidiu o Instituto Histórico pela unanimidade de seu plenário conferir a Vossa Excelência a presidência honorária, na qual acaba de investir-se, prestando juramento de praxe, sob o retrato do imperador D. Pedro II, outro Chefe de Estado [...] Homenegeou, o Instituto, em Vossa Excelência, o dirigente do país, mas teve sobretudo em vista o cidadão, investido numa hora grave da existência nacional do difícil encargo de governá-lo com equilíbrio e autoridade. Atribuindo ao Presidente da República esta função simbólica, o nosso velho Instituto quis realçar, em face do país, as virtudes do militar irrepreensível que numa encruzilhada da história comandou o reerguimento da pátria (CALMON, 1964, p. 285).*

O discurso não poderia ser mais político. Para Calmon, Castelo Branco já teria – em fins de 1964 – reerguido o país. O historiador afirma em seguida que cabe à posteridade julgar esse governo pois a História, segundo ele, não poderia ser escrita sem um distanciamento temporal que lhe permitisse ser “serena, reparar as injustiças e descrever o evento de forma imparcial”. Contudo, no caso de Castelo Branco, é a biografia do “militar irrepreensível” que serviu para compreender esse governo. Para Calmon, Castelo Branco teria

“harmonizado a ciência e a guerra, o pensamento filosófico e as letras educativas, conciliando a arte de dizer e a capacidade de realizar, contando e fazendo a história do Brasil” (CALMON, 1964, p. 287). E concluía:

*Velha a casa que há cento e vinte e seis anos esclarece com ensinamento sábio o pensamento brasileiro, ajudando a sustentar as transformações nacionais com sólidos pilares da tradição. Jamais as descontinuou nesse seu sacerdócio inalterável, constante, vigoroso como costumam ser as lições espirituais a que não seduz o efêmero porque se ilumina do eterno. Senhor Presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, sendo esta a casa da tradição do Brasil, devo dizer por ela e em seu nome, considere-a Vossa Excelência como sua Casa (CALMON, 1964, p. 287).*

O general-presidente tomou em seguida a palavra para agradecer o Instituto:

*Senhor Presidente, Senhores membros do Instituto Histórico. Estou muito reconhecido à honraria com que me distinguistes [...] Poder-se-ia dizer que olhar para trás, e sempre bem situado no presente, é o fundamento da sua posição. Não esquecerei de assinalar também que a guarda de um tesouro identifica os sócios desta Casa com as glórias nacionais aqui conservadas para exaltação do passado, conhecimento dos contemporâneos e admiração dos pôsteros [...] Cultuando o passado, não fazeis senão criar estímulos para a grandeza do presente. Um passado que nos dá a medida do futuro. Na realidade tendes sido, geração após geração, cada qual representada por eminentes figuras da nacionalidade, os indormidos guardiães do nosso extraordinário patrimônio histórico. E ainda hoje, presidindo ao vosso destino, tendes o Senhor José Carlos de Macedo Soares [membro da ABL], eminente personalidade da nossa diplomacia e das nossas letras históricas [...] Para concluir, Senhor Presidente, permiti que vos diga sentir-me muito honrado em sentar-me entre tão ilustres confrades (CASTELO BRANCO, 1964, p. 289).*

Poderíamos fazer um paralelo com o papel que a ditadura precedente, a do Estado Novo, atribuiu à His-

tória. Em poucas palavras, trata-se da ideia segundo a qual não se deve temer o passado, mas, ao contrário, o patrimônio histórico brasileiro deve orientar os homens do presente. Mas o que é importante destacar aqui é a proximidade entre o IHGB e a ditadura.

O evento se repete em 1967 com o Marechal Costa e Silva, novo presidente de honra do Instituto. Dessa vez, é Rodrigo Otávio Filho, também membro da ABL, que abre a sessão com um discurso em que ele se limita a pedir subvenções para o IHGB. É novamente Pedro Calmon que pronuncia um discurso de recepção cujo caráter político justificaria que ele fosse transcrito em sua integralidade. O historiador insiste, em vários momentos, na legitimidade do governo Costa e Silva:

*Senhor Presidente da República,*

*Constitui uma tradição – e representa uma admirável circunstância – erigir o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o Chefe de Estado em seu Presidente Honorário. Não é uma rotina; é uma chancela respeitosa do Poder espiritual à confiança que deposita a Nação no seu mandatário. Porque os chefes de Estado que o têm presidido aqui não chegaram com títulos usurpados ou precários. Representam, como Vossa Excelência representa – a autoridade revestida da mais serena, da mais convincente, da mais duradoura das formas do Poder político: a legitimidade (CALMON, 1967, p. 180).*

Após retomar os temas já evocados durante a investidura precedente de Castelo Branco, no que se refere ao Imperador que havia se engajado pessoalmente pelo Instituto durante toda a sua vida, o número de sessões às quais ele havia participado ou fato de sua cadeira ter sido mantida no local, Pedro Calmon afirma:

*Presidentes da República distinguiram o Instituto com o seu patrocínio, um após o outro, os que no governo sucederam na linha da legalidade constituída. Do primeiro que aqui conheci, inspecionando com a sua douda curiosidade os mostruários da exposição centenária, guardo a*

*impressão contraditória da brandura e da altivez; com o seu olhar doce e o seu topete agressivo; a palavra musical e o gesto imperioso: Epitácio Pessoa. O último, coube-me a honra de receber em sessão solene como esta. A seu lado achava-se Vossa Excelência, e como hoje, brilhavam no recinto os bordados do generalato brasileiro, envolvia-o a afeição de seus camaradas, cingia-o, afagava-o, prestigiava-o a estima de um público luzido, e em volta da sua modéstia sem gestos, da sua autoridade sem ênfase, dos serviços de guerra e paz sucintamente lembrados pelo orador oficial – se compôs um círculo efusivo de simpatia, mais veemente à proporção que a sua simplicidade, comunicativa e natural, dele nos aproximava, como, pelo resto da vida, aproximou do instrutor austero e do comandante heróico os comandados e os discípulos (CALMON, 1967, p. 181).*

De Costa e Silva, novo Presidente Honorário do IHGB, ele dirá:

*No Brasil e no estrangeiro, o desempenho impecável dos encargos lhe valeu os créditos, as classificações, os elogios, os prêmios o foram recomendando às incumbências mais árduas e aos comandos mais difíceis, através da escalada silenciosa, que é na corporação, o acesso dos postos. No pináculo da carreira – naquele ano dramático de 1964 – “coube a Vossa Excelência (e repito as eloquentes palavras que ao despedir-se do ministério da guerra lhe dirigiu o eminente General Aurélio de Lyra Tavares) coube a Vossa Excelência o grande mérito de haver restabelecido o primado da disciplina e do princípio hierárquico”. “E foi assim, e está sendo assim, porque não será nunca de outro modo que podemos ver o Exército reinvestido no seu verdadeiro papel, inabalavelmente fiel aos princípios da Revolução, como Força Armada obediente, dentro da lei, à autoridade do Poder Civil (CALMON, 1967, p. 182).*

A última frase de Calmon sobre a autoridade do poder civil pode parecer paradoxal. Entretanto, segundo seu raciocínio, o poder civil estava desde 1964 sendo “incarnado” pelos militares, estando Costa e Silva, nessa ocasião precisa, “envolto por esse mesmo sentimento

de coesão e de legalidade que são o apanágio tradicional das classes armadas no Brasil”. O ritual se repetiu com os presidentes seguintes. Esses exemplos bastam para dar uma ideia da proximidade das elites culturais que integravam o IHGB e a ABL com o poder.

O terceiro componente do que estamos chamando de “estrutura cultural conservadora” é o Conselho Federal de Cultura (CFC). O CFC apresenta uma diferença fundamental em relação à ABL e ao IHGB. Ao contrário dessas duas instituições, cuja criação precede o golpe de Estado de 1964 e que tem uma história independente das ditaduras do século XX, o CFC foi criado pelo regime militar.

A ideia de criar um conselho responsável pela elaboração de uma política cultural veio de Josué Montello, membro da ABL e do IHGB, que fez a proposição ao ministro da Educação Moniz de Aragão. O Conselho foi criado no dia 12 de novembro de 1966 e iniciou suas atividades no início do ano seguinte. O órgão tinha um caráter normativo e de assessoramento junto ao Ministério da Educação, e seu principal objetivo era institucionalizar a ação do Estado no campo da cultura (MAIA, 2010, p. 19). No início, o CFC apareceu também para contrabalancear a imagem negativa do governo nesse domínio, consequência da sua ação repressiva contra as manifestações culturais da esquerda, ao ponto de ter se espalhado a ideia de “terrorismo cultural” exercido pelo Estado. Todavia, o CFC tinha por objetivo reforçar os domínios considerados como fundamentais para a preservação da memória nacional. Sua ação não incluía aqueles ocupados pela esquerda, mas se restringia aos nichos tradicionalmente ocupados pelos intelectuais tradicionais. Daí as similitudes com os papéis exercidos pela ABL e pelo IHGB: tratava-se de preservar, defender e divulgar o patrimônio. Para os membros do CFC, a ação do Estado devia privilegiar os domínios da cultura considerados como essenciais: conjuntos ar-

quitetônicos, obras literárias, manifestações do folclore (MAIA, 2010, p. 23).

O CFC foi estruturado em quatro câmaras: artes, ciências humanas, letras e patrimônio histórico e artístico, além de uma “Comissão de Legislação e Normas” com vistas a apresentar projetos, leis e resoluções. Os conselheiros eram escolhidos pelo presidente do CFC e nomeados pelo presidente da República. No curso de sua existência, quarenta intelectuais passaram por esse órgão e, em sua grande maioria, faziam parte igualmente da ABL e do IHGB.

Como dissemos, se oficialmente o CFC não passava de um órgão consultivo e de vigilância, na prática ele se encarregou de distribuir alocações, financiar instituições públicas e privadas do setor cultural, assessorar o ministro da Educação, definir os domínios de ação do Estado, assinar convenções com instituições culturais, elaborar regulamentos, leis e decretos, organizar companhias culturais nacionais e de defesa do patrimônio cultural. O regulamento do CFC definia ainda as linhas de atividade e as instituições às quais ele estava ligado: as instituições nacionais de cultura do Ministério da Educação, os setores culturais das universidades e os institutos privados reconhecidos pelo órgão como de utilidade pública. Assim, o CFC adquiriu um amplo campo de ação e centralizou as orientações políticas culturais até 1975 (MAIA, 2010, p. 66). Podemos considerar que o CFC foi uma espécie de “braço armado” dos intelectuais durante a ditadura militar, ao menos institucionalmente. Estes últimos introduziram no CFC as práticas próprias às duas outras instituições como as homenagens, as comemorações e a auto-veneração. Foi o meio mais eficaz que eles encontraram para conduzir uma política cultural cujas ideias já eram há muito defendidas na ABL e no IHGB.

## O surgimento de uma cultura de esquerda engajada e sua expansão durante a ditadura militar

A partir do início dos anos 1960, os países ocidentais conheceram um período de profundas mudanças. Os laços seculares que ligavam os indivíduos a texturas sociais se rompiam, anunciando uma “revolução cultural” que Eric Hobsbawm (1994, p. 315) definiu como o “triunfo do indivíduo sobre a sociedade”. Mais recentemente, Tony Judt analisou igualmente as mudanças sobrevindas nesse momento e constatou, analisando cada país europeu em sua especificidade, uma importante redução da intervenção das autoridades públicas em questões de moralidade e de relações pessoais. Estatisticamente, isso podia ser verificado pela explosão do número de divórcios, do número de crianças nascidas fora do casamento ou da diminuição da prática religiosa (JUDT, 2008, p. 379 e seguintes). Uma nova cultura juvenil se desenvolvia – resultado do *baby-boom* do imediato pós-guerra – implicando uma profunda mudança nas relações entre gerações (HOBSBAWM, 1994, p. 317).

Entretanto, sob várias ditaduras no “terceiro mundo”, denominação surgida no pós-guerra, essa liberalização não podia ser plenamente vivida. A situação brasileira pode ser contextualizada graças a uma imagem proposta por Elio Gaspari, a de duas rodas girando em sentido inverso, “moendo” uma geração e “vinte anos de história nacional”. A primeira era a da liberação dos anos 1960 tal qual era vivida na Europa e nos Estados Unidos. A segunda, girando em sentido inverso, era a do pensamento conservador, uma mistura de “medo real e de uma espécie de industrialização do terror” que fazia com que palavras de ordem libertárias fossem to-

mas por um “perigo vermelho” (GASPARI, 2002, p. 215).

As mudanças não se limitavam aos costumes ou à política, mas apareciam igualmente na esfera cultural. Desde o início dos anos 1950 assistia-se a importantes manifestações culturais da esquerda, cada vez mais visíveis e populares, como mostram diferentes estudos (entre outros, cf. RIDENTI, 2000; NAPOLITANO, 2004). Não é o caso, portanto, de nos aprofundarmos. Vamos nos limitar a examinar o aparecimento desse artista engajado nos anos 1950 e fornecer alguns marcos de referência que permitem esboçar um quadro geral do campo intelectual durante a ditadura militar<sup>3</sup>. As três décadas que vão de 1950 a 1980 podem ser consideradas como o apogeu das produções culturais, progressistas e engajadas, que representaram o Brasil com seus conflitos e contradições (NAPOLITANO, 2004, p. 8). A origem remonta ao final da Segunda Guerra Mundial quando o Partido Comunista Brasileiro (PCB) atraiu uma grande parte dos intelectuais passando a exercer uma grande influência nos meios culturais. Inicialmente, é na literatura e no teatro que os comunistas conquistaram mais sucesso com nomes como os de Jorge Amado, Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, Dias Gomes e Oduvaldo Vianna (NAPOLITANO, 2004, p. 25). Ao longo da década que precedeu o golpe de Estado, se consolidou uma cultura de esquerda engajada, que atraiu escritores, dramaturgos, diretores de cinema com o apoio mais ou menos explícito do PCB. Como notou Napolitano, esse grupo cessou progressivamente de gravitar em torno do partido e conquistou públicos mais amplos (NAPOLITANO, 2004, p. 36).

No início dos anos 1960 a União Nacional dos

<sup>3</sup>A análise que segue é amplamente fundada no trabalho de Marcos Napolitano *Cultura Brasileira. Utopia e massificação (1950 - 1980)* (Rio de Janeiro, Editora Contexto, 2004).

Estudantes (UNE) criou o projeto político cultural do Centro Popular de Cultura (CPC). Para esses jovens, a entidade estudantil devia exercer um papel mais importante no domínio da cultura e, se eles não eram todos filiados ao PCB, eram bastante próximos. A ideia era a defesa do que eles designavam pelo termo de “nacional-popular” que consistia, segundo Napolitano, em uma cultura política e uma política cultural das esquerdas à procura da expressão simbólica da nacionalidade. Segundo o manifesto do CPC, os jovens, independentemente de suas origens sociais, deviam ir à procura do povo. Eles poderiam, assim, construir uma “autêntica cultura nacional” cujo objetivo era sensibilizar as pessoas, tendo em vista a emancipação do Brasil de seus “opressores”. Era necessário privilegiar a arte enquanto meio ideológico a serviço de causas nacionalistas em detrimento de suas qualidades estéticas (NAPOLITANO, 2004, p. 38). Percebe-se a semelhança do *modus operandi* das esquerdas e das direitas: o recurso ao “povo” para definir a “autêntica cultura nacional”.

Com *Chega de saudades*, em 1959, João Gilberto tinha revolucionado a música brasileira com um novo ritmo – a *Bossa Nova* – que trazia elementos do *cool jazz* às tradições do samba (FLÉCHET, 2013, p. 218). Alguns anos mais tarde, compositores como Carlos Lyra, Sérgio Ricardo, Nelson Lins e Barros, Vinícius de Moraes acreditavam poder utilizar a Música Popular Brasileira (MPB) para “atingir” a consciência das pessoas. A elite estava persuadida que a ideologia nacionalista poderia beneficiar todas as camadas da população, com a condição que o artista entrasse em contato com elas. Napolitano cita dois álbuns, ambos de 1963, como sendo os mais emblemáticos das teses do “nacional-popular”: *Depois do carnaval*, de Carlos Lyra, e *Um senhor de talento*, de Sérgio Ricardo (NAPOLITANO, 2004, p. 41).

Inspirado pelo neorrealismo italiano e pela *nouvelle vague* francesa, o *Cinema Novo* começou com os filmes *Barravento* (1960) e *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964), de Glauber Rocha, e *Os Fuzis* (1964) de Ruy Guerra, enquanto novos nomes apareciam na paisagem da produção cinematográfica: Arnaldo Jabor, Cacá Diegues, Leon Hirszman. O célebre manifesto de Glauber Rocha “Estética da fome” que serviu como diretriz sustentava que a fome deveria ser a ponta de lança das sociedades subdesenvolvidas. As novas produções denunciavam um cinema que idealizava a miséria e tinham como objetivo “sacudir” o público nacional e a visão que os estrangeiros tinham do país. Era preciso “desmascarar” a “realidade brasileira” e os conflitos sociais, de preferência no mundo rural, sem romantizar nem os personagens nem as situações nas quais eles se encontravam. Esses diretores procuravam, além disso, um cenário o mais natural possível – para não transmitir um ambiente de estúdio – e uma linguagem particularmente seca (NAPOLITANO, 2004, p. 45).

Não podemos deixar de mencionar os espetáculos que buscavam articular o drama, a poesia e a crítica social por meio da música. O espetáculo musical *Opinião*, que se iniciou em novembro de 1964, escrito por Oduvaldo Vianna Filho, Paulo Pontes e Armando Costa, é considerado como a reação mais firme ao golpe de Estado até então. *Arena Canta Zumbi* foi outro espetáculo musical desse período que teve um grande sucesso, tendo permanecido em cartaz de 1965 a 1967. O ano de 1967 marcou ao mesmo tempo o apogeu da “arte engajada brasileira” – que, no cinema, na música e no teatro davam a impressão, segundo Napolitano, que o país inteiro tinha se convertido às ideias políticas da esquerda – e a crise do “nacional-popular”: a medida que o regime se institucionalizava, os artistas, ocupando cada vez mais espaço e adquirindo cada vez mais prestígio na mídia e na indústria cultural, se sentiam cada vez mais cortados das classes populares.

Antes de abordar as mudanças ocorridas nos diversos domínios artísticos no período que se seguiu à decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), é necessário evocar o Tropicalismo. Diferentemente das proposições da esquerda nacionalista cujo objetivo era atacar os males do país como o subdesenvolvimento, o conservantismo e os elementos arcaicos da sociedade, o Tropicalismo assumia essas “patologias”. Ao fazê-lo, os líderes do movimento se afastavam da “cultura de esquerda”. Doravante, o país era representado simultaneamente como alegre, absurdo, sem saída, condenado a reproduzir seus males de origem. Por outro lado, ao justapor os elementos fragmentados da cultura brasileira, o Tropicalismo reatualizava a “antropofagia”, definida pelo poeta Oswald de Andrade no final dos anos 1920 como uma maneira de sintetizar e criar justamente a partir dos contrastes (NAPOLITANO, 2004, p. 65).

Mais conhecido na cena musical, o movimento existiu igualmente em outros domínios culturais. Na pintura, ele foi de alguma forma o herdeiro do movimento neoconcretista do final da década de 1950, que visava a desvalorizar a arte fundada na emoção e criticava ao mesmo tempo a arte institucionalizada e burguesa, assim como o artista que se considerava o arauto de um projeto intelectual ideológico que deveria supostamente “educar” as massas. Uma obra emblemática do período foi *Tropicália* de Hélio Oiticica, uma instalação que era uma espécie de labirinto improvisado, remetendo a uma favela, pelo qual o público devia passear descalço entre plantas tropicais e papagaios sobre caminhos cobertos de galhos. No final do percurso encontrava-se uma televisão ligada, símbolo da modernidade que contrastava com a miséria nacional.

No que se refere à dramaturgia tropicalista, não podemos não mencionar a peça *O rei da vela*, escrita por Oswald de Andrade em 1937, e dirigida por José Celso Martinez Correia em 1967. O grupo *Oficina* que

a interpretou buscava denunciar a sociedade brasileira como teatralizada e a história como uma farsa onde a elite intelectual mistificava um mundo em que a história não seria senão a prolongação daquela das grandes potências. Ao contrário da esquerda nacionalista e dos conservadores de direita, esse grupo via em Oswald de Andrade a representação da “consciência cruel e anti-festiva da realidade nacional e as dificuldades para mudar essa realidade” (citado por NAPOLITANO, 2004, p. 68). Mais tarde, quando o Tropicalismo foi reconhecido como movimento, a peça *Roda Viva*, escrita por Chico Buarque e ela também interpretada pelo grupo *Oficina* em março de 1968 conheceu um importante sucesso. Ela contava a trajetória de Ben Silver, um cantor que atravessa diversos movimentos musicais em voga antes de acabar devorado pelo seu público. Entretanto, foi na música que o movimento teve maior visibilidade. Em agosto de 1968 foi lançado o álbum *Tropicália ou Panis et Circensis*, uma bricolagem de sons, gêneros, ritmos populares, nacionais e internacionais. De autoria de Gilberto Gil, Caetano Veloso, Torquato Neto, Capinam e Tom Zé, nele escutamos fragmentos sonoros e citações poéticas formando um mosaico cultural carregado de críticas ideológicas (NAPOLITANO, 2004, p. 69).

A censura que se abateu na cena cultural após o AI-5 marcou uma ruptura na evolução das manifestações artísticas da cultura engajada. Não entraremos aqui nos detalhes dos caminhos seguidos e dos percalços encontrados pelos artistas. O que podemos considerar como um “segundo momento”, que compreendem os *anos de chumbo*, entre 1968 e 1975, é marcado pela explosão da indústria cultural e da cultura de massa, pelo apogeu da televisão, quando a Rede Globo começa a construir o seu império e onde as novelas atingem uma audiência cada vez maior. Quanto à música, Napolitano estima que os dois anos que vão de 1972 a 1974 foram um período de rearticulação da MPB. Novas ten-

dências surgiram, novos nomes apareceram, nomes consagrados voltaram ao centro da cena musical e alguns álbuns clássicos foram relançados.

O teatro e o cinema conheceram uma importante desarticulação. Com efeito, algumas peças continuaram a ser encenadas, embora os três principais grupos – *Arena*, *Opinião e Oficina* – tivessem desaparecido. O cinema, por sua vez, tomou uma via excessivamente intelectualizada própria aos realizadores do *Cinema Novo*, tendo por resultado a perda de público e uma dependência cada vez maior do financiamento estatal. Os impasses em torno da função social e estética do cinema, já presentes em *Terra em Transe* de Glauber Rocha, foram radicalizadas pelo “Cinema Marginal” cujas principais produções do período foram *O Bandido da Luz Vermelha* de Rogério Sganzerla, *Matou a família e foi ao cinema* de Júlio Bressane e *A margem* de Ozualdo Candeias. É somente a partir de 1975 que o cinema reencontrou o reconhecimento do público e da crítica (NAPOLITANO, 2004, p. 97).

Durante a abertura, a cultura tornou-se para a sociedade um campo de rearticulação política, uma espécie de esfera pública de oposição civil à ditadura. Os compositores de MPB assumiram o papel de porta-vozes da oposição das classes médias ao regime – portanto, o papel de intelectuais – e viveram, entre 1975 e 1980, o ápice de sua glória, com os sucessos do espetáculo *Falso Brillhante*, de Elis Regina, encenado durante 14 meses a partir de 1975, o lançamento de *Meus Caros Amigos*, de Chico Buarque em 1976, além de outros lançamentos de álbuns de músicos consagrados como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Milton Nascimento, Gal Costa, Clara Nunes, Maria Bethânia, etc. Cinema e teatro reencontraram seu público. O primeiro com o apoio da Embrafilme que financia as produções mais acessíveis ao público como *Xica da Silva*, de Cacá Diegues (1975), e *Dona Flor e seus dois maridos* de Bruno Bar-

reto (1976). O teatro, finalmente, apostou em textos escritos por novos autores e por encenações mais ousadas. Novos grupos apareceram como *Asdrúbal trouxe o trombone*, do Rio de Janeiro, *Pau-Brasil*, *Mambembe* e o *Teatro do ornitorrinco*, de São Paulo, trazendo novas linguagens (NAPOLITANO, 2004, p. 119).

Voltando agora à virada repressiva do AI-5, de maneira paralela ao exílio, à censura e à expansão da indústria cultural, se formou no Brasil uma rede alternativa de consumo de cultura no interior do circuito universitário onde os estudantes, consolidando uma tendência iniciada no início dos anos 1960, tornaram-se uma parte importante dos consumidores culturais. É relacionado a esse espaço que começou a emergir nesse momento um novo tipo de intelectual : o professor pesquisador universitário.

## A emergência do professor pesquisador e as universidades federais

Os anos 1960 testemunham, no Brasil, transformações que se produzem simultaneamente na *forma* em que o intelectual estava habituado e habilitado a intervir e no *lugar* de onde ele intervinha no debate público. É importante ressaltar, no entanto, que vários aspectos de uma cultura política forjada antes de 1964 permaneceram ao menos até o início dos anos 1970. No momento do golpe, segundo a percepção de grande parte dos intelectuais de esquerda, o regime não podia durar pois a sua política econômica não podia levá-lo senão ao seu desmoronamento. Assim, o projeto de um desenvolvimento nacional e integrador ainda era válido, embora estivesse ruindo: a modernização era doravante sentida no plano da consumação cultural, ou seja ela deixava progressivamente de estar ligada a um projeto de sociedade; o desenvolvimento não se inscrevia mais em um movimento orientado em direção ao surgimento de uma nação soberana; e a democratização não aparecia mais como o corolário do desenvolvimento (PÉCAUT, 1989,

p. 186 e seguintes).

Os grandes debates que monopolizaram a atenção dos intelectuais – a burguesia nacional, a classe trabalhadora, a aliança de classes – iriam desembocar na teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto. Essa teoria atestava o fim do que Daniel Aarão Reis Filho (1990) chamou de “utopia do impasse”, que teria marcado o pensamento da esquerda durante os anos que se seguiram a 1964: a crença de que a ditadura “aprofundaria as contradições do capitalismo” e desmoronaria por si só. Essa constatação levou alguns a esperar e outros, bem menos numerosos, a optar pela luta armada a fim de “acelerar” a sua queda. A partir de 1968, estava claro que o regime não iria desmoronar mas, ao contrário, que o desenvolvimento na dependência era possível. Quanto aos intelectuais, os anos que vão de 1968 a 1974 marcam uma mutação importante: a entrada dos universitários nos debates nacionais. Abre-se a era, que se estende até os dias atuais, em que os intelectuais tomam parte na política, procurando menos agir na sociedade do que influenciar seu próprio meio. Consequentemente, o intelectual “demiurgo”, antes encarregado da representação popular, se apaga em benefício do intelectual “professor pesquisador”, crítico, que se endereça antes de tudo aos seus pares e a seu público.

Se uma grande parte do meio intelectual tinha sido poupada entre 1964 e 1968, não foi o caso após o AI-5, quando eles se tornaram suspeitos. Enquanto uns foram aposentados compulsoriamente, outros partiram para o exílio. Contudo, um espaço de contestação sobreviveu, o marxismo permaneceu hegemônico na universidade e toda uma sociabilidade política continuou existindo dentro dos limites do campus. A mudança mais radical diz respeito ao *lugar* de onde os intelectuais estavam habituados a falar: não mais a partir do Estado mas contra ele. Em contrapartida, como a geração

anterior, eles acreditavam ser os porta-vozes da sociedade, o que mostra que traços da antiga cultura política se mantiveram.

Em seu trabalho sobre os intelectuais brasileiros, Pécaut analisa a redefinição da condição do intelectual e suas estratégias de oposição ao regime. A primeira questão nos interessa de perto pois ela está estreitamente ligada ao que o autor chama de “ideologia da profissionalização” que, por sua vez, está ligada ao peso das instituições no Brasil. Diferentemente da Argentina, a tradição estatal brasileira vai de par com a atribuição à ciência e à cultura de um valor essencial no desenvolvimento nacional. A “ideologia da profissionalização”, central na redefinição do intelectual dos anos 1970, implicava a renúncia de erigir as ciências sociais em “ideologia da nação” ou como ferramenta para a formulação de um “projeto nacional”, como foi o caso durante os anos 1950; por outro lado, a reapropriação por “especialistas” universitários do privilégio da produção teórica em detrimento dos militantes políticos, completava uma evolução em curso desde 1964. Dito de outra forma, invocar uma competência específica significava reivindicar uma legitimidade que o regime não podia colocar em questão (PÉCAUT, 1989, 251-252). O “discurso competente” se impõe e permite ao intelectual aceder à esfera política no contexto de autoritarismo. O intelectual redescobre um destino de ator político mas, diferentemente das décadas precedentes, um ator que se coloca no interior da sociedade e das relações de força.

A constatação da redefinição da condição de intelectual não é suficiente, contudo, para dar conta da emergência do professor-pesquisador nem do peso que ele adquire no campo intelectual. Pelo contrário, esse novo “tipo” de intelectual só pôde surgir e se consolidar graças a especialização dos saberes, aos pesados investimentos na pesquisa científica e na criação de novas

universidades. Convém, portanto evocar, ainda que de forma breve, a política universitária dos governos militares.<sup>4</sup>

Quando tomaram o poder em 1964, os militares tinham um projeto para as universidades. Tal projeto começou a se esboçar sob a pressão da heterogênea coalização que apoiou o golpe de Estado, e suas grandes linhas não se cristalizaram antes do final dos anos 1960. Contudo, esquerdas e direitas estavam de acordo quanto à urgência de modernizar o sistema universitário afim de melhorar a qualidade do ensino e da pesquisa. Até os anos 1960 as faculdades estavam estruturadas de forma bastante hierarquizada, tendo as cátedras como unidade de base, ocupadas por catedráticos, espécies de “mandarins” com cargos vitalícios, enormes poderes e privilégios. Esse sistema era apontado como responsável pela fraca produção científica e pela apatia dos professores situados nos níveis mais baixos da escala hierárquica. Um outro problema era que o número de vagas não permitia acolher todos os aprovados no vestibular. Eles formavam os célebres excedentes, um problema cada vez mais urgente devido à urbanização e ao crescimento demográficos dos anos 1950 e 1960.

As esquerdas desejavam universidades críticas e populares, com uma participação efetiva dos estudantes nas instâncias de decisão, e que deviam estar do lado delas nos combates travados pelas causas sociais. As direitas, por sua vez, queriam um ensino superior eficiente e produtivo para poder responder às demandas de desenvolvimento econômico e de modernização do serviço público. Elas queriam privilegiar o ensino técnico em detrimento da tradição humanista. Finalmente, elas eram contra o status público das universidades e a gratuidade do ensino superior. Vitoriosas em 1964, elas impuseram uma modernização conservadora, as refor-

mas sendo implementadas de forma paralela à repressão. Reconhecer que houve uma modernização importante nesse setor não implica minimizar o impacto da repressão: houve prisões, torturas, demissões e aposentadorias forçadas de professores considerados como “ideologicamente suspeitos”; bloqueio da livre circulação de textos e de ideias; estabelecimento de mecanismos de vigilância da comunidade universitária; instalação, nos campus, de “Assessorias de Segurança e Informação” (ASI), assim que de “Órgãos de Informação” (OI) que triavam os recrutamentos, as concessões de bolsa e as autorizações para estágios no exterior (MOTTA, 2014, p. 9). Contudo, afim de analisar as mudanças no campo intelectual, iremos nesse texto priorizar o aspecto modernizador da ditadura militar.

As reformas começaram no final do governo Castelo Branco. É importante destacar que, no que concerne a política universitária, os agentes do poder estavam divididos entre “tradicionalistas”, refratários às reformas, e “modernizadores autoritários”, que queriam acelerá-las. Até 1966, o Ministério da Educação tinha sido ocupado por Suplicy de Lacerda, um representante do setor antirreformista. Ele conseguiu se tornar um consenso negativo: sua gestão foi particularmente marcada pelo primeiro ciclo de repressão que se abateu sobre as universidades e pelo fracasso das tentativas de criar entidades estudantis próximas ao regime. Após haver incitado os estudantes favoráveis à ditadura a invadir as sedes das entidades estudantis de esquerda, ele foi substituído por Pedro Aleixo, um homem político experiente, que deixou o ministério após seis meses para se tornar vice-presidente de Costa e Silva. Raimundo Muniz de Aragão foi então chamado para o Ministério da Educação até a “eleição” presidencial de 1966. Professor universitário e irmão do general Augusto César Muniz

<sup>4</sup> A análise que segue se fundou amplamente no estudo de Rodrigo Patto Sá Motta, *As universidades e o regime militar*, (Rio de Janeiro, Zahar, 2014).

de Aragão, favorável à derrubada de Goulart, ele também tomou parte no golpe de Estado e era um reformista convicto. Durante sua curta gestão à frente do Ministério da Educação, ele conseguiu aprovar a lei nº 4.759 que obrigou todos os estabelecimentos a integrar o termo “federal” em seu nome. Além dessa medida simbólica, mas que revelava as aspirações centralizadoras do regime, contatos foram aprofundados entre as universidades brasileiras e suas homólogas norte-americanas e europeias (MOTTA, 2014, p. 74 e seguintes).

Ainda em 1966, após um relatório elaborado por Rudolph Acton<sup>5</sup> contendo sugestões de reforma universitária, o governo criou o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) com vistas a auxiliar o Ministério da Educação na reforma universitária. No final do ano os primeiros textos legais foram editados: o Decreto-Lei nº 53, o Decreto-Lei nº 252. O primeiro instaurava a unidade entre ensino e pesquisa e impunha uma reorganização das cátedras entre as diferentes unidades universitárias, quer fossem institutos, escolas ou faculdades. O objetivo era acabar com o que se costumava chamar de “duplicação dos meios para finalidades idênticas”<sup>6</sup>. O segundo obrigava os estabelecimentos a adotar as medidas da lei precedente num prazo de 180 dias. A principal novidade, entretanto, era a adoção dos departamentos como unidade de base das universidades. Cabia doravante aos departamentos elaborar os planos de trabalho e atribuir os encargos de pesquisa e ensino ao corpo docente. Embora esses dois decretos não tenham posto fim ao “mandarinato” dos catedráticos, seus dias estavam contados na medida em que todas as suas atribuições haviam sido transferidas para os departamentos (MOTTA, 2014, p. 78 e seguintes).

Houve, no governo Costa e Silva, uma mudança

de orientação com relação ao governo Castelo Branco. No “Programa Estratégico de Desenvolvimento” (PED), editado em 1967, as universidades eram consideradas como “domínio estratégico”. Os conselheiros de Costa e Silva as consideravam obsoletas, sem condições de formar a mão-de-obra necessária nem acolher os jovens em condições de seguir as formações oferecidas. Era necessário empreender uma reforma para melhorar as condições de trabalho dos professores-pesquisadores e aumentar a oferta de cursos de mestrado e doutorado. Ainda segundo o PED, o investimento em ciência e tecnologia deveria inverter a emigração dos professores-pesquisadores para a Europa e Estados Unidos. Apesar da importância atribuída à reforma universitária no PED, Motta defende que foi a radicalização do ano de 1968 e a radicalização dos estudantes que acelerou a sua concreção. Consciente da ineficácia do Ministério da Educação dirigido por Tarso Dutra a partir de 1967, o comando político-militar do governo criou a Comissão Meira Mattos e o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU) para elaborar a legislação definitiva da reforma, aprovada no final de 1968 (MOTTA, 2014, p. 100).

O GTRU conseguiu conciliar as visões dos conservadores e reformistas que lutavam pela reforma. De um lado, os defensores de um modelo de educação humanista e idealista e, de outro, das ciências e das tecnologias. A “Lei da Reforma Universitária” foi rapidamente aprovada pelo Congresso Nacional. Ela sintetizava os textos anteriores e abolia definitivamente os catedráticos – que se tornaram professores titulares – e reestruturou a carreira do professor; reforçou o poder dos órgãos centrais das universidades em detrimento das faculdades, o que os permitia ter mais controle sobre

<sup>5</sup>Rudolph Acton era americano, célebre especialista em planejamento e gestão universitária, tendo sido consultor em diversos países latino-americanos. Ele foi recrutado pelo MEC em 1965 para fazer um diagnóstico sobre as universidades brasileiras.

<sup>6</sup>Para citar um exemplo da péssima organização do sistema universitário, às vezes os estudantes eram obrigados a seguir o mesmo curso organizado por dois catedráticos diferentes.

estas últimas; aumentou as dotações globais afim que os reitores pudessem ter mais ascendência sobre os decanos das faculdades; a representação estudantil foi fixada em 1/5 em todas as instâncias colegiais. O vestibular, ao invés de um exame, tornou-se um concurso classificatório, o que resolveu o problema dos excedentes. Com o objetivo de melhorar a carreira do professor, o GTRU propôs o estabelecimento de um regime de trabalho com dedicação exclusiva. Finalmente, a lei fazia dos cursos de mestrado e doutorado uma das principais atividades da universidade (MOTTA, 2014, p. 106-107).

Seria útil examinar algumas dessas medidas de perto para tomar consciência do impacto da reforma. No que se refere à primeira, a reestruturação da carreira do professor, a principal novidade foi a fusão das atividades de ensino e pesquisa e o estabelecimento da dedicação exclusiva nas universidades. Inicialmente, dos 15.000 professores das instituições de ensino superior federais, 20% passaram para o regime de dedicação exclusiva e tiveram um importante aumento salarial. Em 1971, um professor titular recebia o equivalente a 900 US\$ por mês e o professor-assistente o equivalente a 700 US\$ por mês, valores elevados para o período (MOTTA, 2014, p. 247).

Ao aumento de verbas para as universidades federais e salários competitivos, se adiciona a criação de novas universidades ou mudança de estatuto de universidades que, antes privadas ou pertencendo aos Estados, se federalizaram. Entre 1968 e 1970 várias foram criadas: a Universidade Federal de Viçosa (UFV), a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Elas vieram se juntar àquelas criadas durante os quatro primeiros anos de ditadura militar: a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a Universidade Federal do Estado do Rio de

Janeiro (Unirio), a Universidade Federal do Acre (Ufac) e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Se antes do golpe havia vinte e uma universidades federais, em 1979 elas eram trinta e três, um aumento de quase 50% em 15 anos. A expansão se estendeu, logicamente, às vagas a serem preenchidas. O número de professores passou de 15.000 em 1968 a 38.000 em 1978. Quanto ao número de estudantes, ele passou de 100.000 em 1968 a 290.000 em 1979. Essa expansão pôde ser financiada graças ao crescimento produzido pelo “milagre econômico” (MOTTA, 2014, p. 248).

Falta um último aspecto que não podemos deixar de evocar que fez com que a virada da década de 1970 tenha sido o momento de emergência desse novo “tipo” de intelectual que é o professor-pesquisador: a expansão dos cursos de mestrado e doutorado e da infraestrutura para a pesquisa. É importante sublinhar que nesse momento, o desenvolvimento da pesquisa e da tecnologia fazia parte das aspirações desenvolvimentistas da ditadura militar. A prova é que o investimento científico e tecnológico e a expansão do número de cursos e de vagas de pós-graduação estavam no célebre “Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). A Lei da Reforma Universitária dividia a pós-graduação em *stricto sensu* e *lato sensu*, que teve uma importante expansão, cujo ponto culminante se situa durante os anos de chumbo: se em 1963 não havia mais do que dezesseis cursos de mestrado no Brasil, sobretudo em ciências agrícolas, em química e em engenharia, sete outros foram criados no ano do golpe e onze no ano seguinte. Embora domínios considerados “estratégicos” tenham recebido mais dinheiro, a expansão do financiamento a partir do início dos anos 1970 foi tão importante que terminou por beneficiar também as ciências humanas e sociais, reputadas particularmente perigosas do ponto de vista dos militares (MOTTA, 2014, p. 257).

## Considerações finais

O campo intelectual no Brasil, que consolidava gradualmente o processo de autonomização nos anos 1950, era formado por ao menos três setores – ou “subcampos” –, relativamente compartimentados, embora houvesse pontos de contato entre eles. O primeiro, em declínio, era constituído pelos “intelectuais tradicionais” e por instituições como a ABL e o IHGB. Até esse momento, o intelectual por excelência era um polígrafo conservador formado nas tradicionais faculdades de direito, simultaneamente político, escritor e jornalista (cf. CUNHA, 2015). Consequentemente, as instituições culturais às quais eles estavam associados eram formadas majoritariamente por personalidades próximas ao poder.

O segundo “subcampo” era aquele formado pelos artistas de esquerda engajados. Apesar de estarem mais voltados para a música, o cinema e o teatro e menos para as letras de uma forma geral, acabaram exercendo uma *função* intelectual na medida em que passaram a intervir no debate público legitimados por um reconhecimento adquirido no campo da cultura. A ascensão desse setor da intelectualidade se iniciou no imediato pós-guerra, quando o Partido Comunista Brasileiro (PCB) começou a atrair uma grande parte dos intelectuais progressistas e começou a exercer uma grande influência nos meios culturais. Ao longo da década que precedeu o golpe de 1964, se consolidou uma cultura de esquerda engajada, que atraiu escritores, dramaturgos, diretores de cinema com o apoio mais ou menos explícito do PCB. Esse grupo cessou progressivamente de gravitar em torno do partido e conquistou públicos mais amplos (NAPOLITANO, 2004, p. 36). Esse processo não foi interrompido em 1964, daí a constatação de Schwarcz de que, apesar da vitória da direita na arena política, havia no país uma “hegemonia cultural da esquerda” (SCHWARCZ, 1978).

Finalmente, também a partir dos anos 1960 observava-se a emergência de um novo tipo de intelectual, o professor pesquisador universitário, especialista em algum domínio específico e autor de uma produção reconhecida pelos seus pares. A sua emergência foi possível sobretudo graças à criação de novas universidades federais e ao investimento do governo na pesquisa. Esse é um aspecto importante e paradoxal: a ditadura militar, graças aos seus investimentos maciços na área da educação superior, possibilitou o advento desse intelectual especialista, em geral crítico do regime que o havia criado. As décadas de 1960 e 1970 conjugaram assim a emergência do “intelectual professor pesquisador”, o apogeu do “intelectual artista de esquerda” e o declínio do “intelectual tradicional”.

Uma primeira conclusão que se desprende dessas reflexões é a necessidade de ir além da concepção bourdieusiana para dar conta do campo intelectual no Brasil nesse período. Com efeito, sempre haverá luta por hegemonia no interior de um campo. Mas a atuação dos atores não se reduz a lutas e, além do mais, não estamos convencidos da possibilidade de delinear claramente a partir de um eixo vertical, dentro de um espaço tão fragmentado como é o caso brasileiro, o posicionamento dos atores entre o polo dominante e o polo dominado. Os casos individuais que escapam desse esquema são numerosas. O que se pode observar são analogias estruturais entre os distintos subcampos, ora movimentos de convergência ora de divergência, atrações e repulsões recíprocas, confluências e, frequentemente, sobretudo no que concerne as relações entre os atores dos diferentes “subcampos”, uma falta de interesse recíproca. Ao esquema dominantes/dominados preferimos, como já havia sugerido Pascal Ory, a noção de rede, cuja geometria variável não induz ao reducionismo, na medida em que um mesmo indivíduo pode participar de várias delas (ORY, 1995, p. 47). São esses distintos pertencimentos que permitem compreender diversas tomadas de

posição.

A segunda conclusão está ligada à questão da relação desses distintos setores da intelectualidade com o poder. Em artigo já citado, Roberto Schwarcz constata que, tendo em vista a “hegemonia cultural da esquerda”, restava à direita a tarefa pouco gloriosa de ter que acabar com essa arte engajada; quanto à esquerda, ele escrevia então, ela se encontrava numa situação embaraçosa, pois hegemônica no campo da cultura, era incapaz de tomar o poder. Afinal de contas, argumentava ele, para que serve a hegemonia ideológica se ela não podia se traduzir em força física imediata? (SCHWARCZ, 1978, p. 89) Pensamos que talvez pouca atenção tenha sido dada a essa constatação uma vez que a “hegemonia cultural da esquerda” frequentemente ocultou, na historiografia, o papel, a importância e a ação dos “intelectuais tradicionais” e, numa medida menor, dos “professores pesquisadores”.

Nesse sentido, quando analisamos os três “subcampos” descritos no artigo, podemos observar a conquista de popularidade, visibilidade e legitimidade de contestação de um tipo de intelectual, que chamamos aqui de “artista de esquerda” que, no entanto, estava distante do poder. Observamos também a emergência do “professor pesquisador” nesse período que man-

tém uma relação mais complexa com o poder pois seu surgimento está estritamente ligado à política universitária da ditadura militar. Entretanto, como vimos, eles conseguiram manter uma relativa autonomia graças ao peso das instituições no Brasil e à importância dada pelos militares ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Finalmente, a decadência do “intelectual tradicional” durante esses anos é real, mas não deve induzir a erros de apreciação. Se examinarmos esses atores de perto, o que foi feito em outro artigo (cf. CUNHA, 2015), veremos que se trata de um grupo muito representativo dos meios conservadores desde a ditadura de Getúlio Vargas: membros das oligarquias da Primeira República, católicos, bacharéis, com grande inserção nos meios de comunicação e portanto na opinião pública, e com acesso aos postos estratégicos no Estado, inclusive no Congresso e nos tribunais de justiça. Ou seja, tratava-se de homens que, em franca perda de prestígio e de legitimidade para intervir no debate político enquanto *intelectuais*, eram eles que ainda detinham o poder “de fato”. Esse aparente paradoxo talvez seja a melhor ilustração do processo de autonomização do campo intelectual no Brasil nas décadas de 1960 e 1970.

## Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *Questions de sociologie*. Paris: Les éditions de minuit, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*. Paris: Éditions du Seuil, 1994.
- BURRIN, Phillipe. *La dérive fasciste. Doriot, Déat, Bergery (1933-1945)*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.
- CALMON, Pedro. Elogio dos sócios falecidos e saudação ao Sr. Presidente da República – Sessão magna comemorativa do 126º aniversário do Instituto, pelo orador oficial professor Pedro Calmon. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 265. Out-Dez., 1964, pp. 277-286.
- CALMON, Pedro. Presidente Arthur da Costa e Silva. Posse da Sua Excia., o senhor Marechal Presidente da República, como Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 277, Out-Dez., 1967, pp. 175-184.
- CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. Discurso do Senhor Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, agradecendo a concessão do título de Presidente de Honra do Instituto. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 265, Out-Dez., 1964, pp. 287-288.
- COSTA E SILVA, Valéria Torres. *Os segredos da imortalidade. Uma etnografia da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, 1999.
- CUNHA, Diogo. *Les intellectuels conservateurs entre le culture et le politique: l'Académie Brésilienne des Lettres pendant la dictature militaire (1964-1979)*. Paris, Tese (Doutorado), Université Paris I (Panthéon-Sorbonne), 2014a.
- \_\_\_\_\_. Intelectuais conservadores, sociabilidade e práticas da imortalidade: a Academia Brasileira de Letras durante a ditadura militar (1964-1979). *História Unisinos*, 18(3), Setembro/Dezembro, 2014b, pp. 544-557.
- \_\_\_\_\_. De la “semaine révolutionnaire” à la “Révolution” de 1964: itinéraires, réseaux et lieu de sociabilité de la “génération 1922”. *Brésil(s), Sciences humaines et sociale* 8, novembre 2015, pp. 215-241.
- \_\_\_\_\_. Austregésilo de Athayde e a “Torre de Marfim”: os engajamentos de um intelectual liberal durante o regime civil-militar brasileiro (1964-1979). In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *História e memória das ditaduras do século XX*. Vol. 1. Rio de Janeiro: FGV, 2015, pp. 320-347.
- DURKHEIM, Emile. *La division du travail social*. Paris: PUF, 1930.
- EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade. Uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República: 1897-1924*. São Paulo, Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, 1997.
- ENDERS, Armelle. *Plutarque au Brésil. Passé, héros et politique (1822 - 1922)*. Paris : Les Indes Savantes, 2012.
- FLÉCHET, Anaïs. « Si tu vas à Rio... ». *La musique populaire brésilienne en France au XXème siècle*. Paris : Armand Colin, 2013.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional nos Trópicos. *Estudos Históricos* (1), 1988, pp. 5-27.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos. O breve século XX, 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- IVO, Ledo. Entrevista realizada no Palácio Austregésilo de Athayde no dia 26 de julho de 2011 (Entrevistador: Diogo Cunha).
- JUDT, Tony. *Pós-Guerra. Uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- MACHADO DE ASSIS. Discurso de Inauguração da Academia. 20/07/1897. Disponível em <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8330&sid=240>, Acesso em: 02/09/2013.

- MACHADO DE ASSIS. Discursos acadêmicos (1897-1906). 1897. Disponível em <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8330&sid=240>, Acessado em: 02/09/2013.
- MAIA, Tatiana do Amaral. “*Cardeais da cultura nacional*”: o Conselho Federal de Cultura e o papel cívico das políticas culturais na ditadura civil-militar (1967-1975). Tese (Doutorado), Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. *Cultura Brasileira. Utopia e massificação (1950 - 1980)*. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 2004.
- \_\_\_\_\_. A arte engajada e seus públicos (1955/1968). *Estudos Históricos* (28), 2002, pp. 103-124.
- ORY, Pascal. Modestes considérations sur l’engagement de la société culturelle dans l’Affaire Dreyfus. In: DENIS, Michel; LAGRÉE, Michel; VEILLARD, Jean-Yves (sous la direction de). *L’Affaire Dreyfus et l’opinion publique en France et à l’étranger*. Rennes: PUR, 1995, pp. 37-49.
- PÉCAUT, Daniel. *Entre le peuple et la nation. Les intellectuels et la politique au Brésil*. Paris: Maison de la Science de l’Homme, 1989.
- REIS, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro. Artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000.
- ROCHE, Daniel. *Les Républicains des lettres. Gens de culture et Lumières au XVIIIe siècle*. Paris: Fayard, 1988.
- RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896 - 1913)*. Campinas, Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, 1998.
- SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 - 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARCZ, Roberto. Cultura e política, 1964 – 1969. In: \_\_\_\_\_. *O “pai de família” e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp. 61-92
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 231-269.
- TILLY, Charles. Les origines du répertoire d’action collective contemporaine en France et en Grande-Bretagne. *Vingtième Siècle. Revue d’histoire*, nº 4, octobre 1984, pp. 89-108.

Submissão: 01/03/2016  
Aceite: 01/05/2016